



Demonstrações financeiras

Parnaíba II Geração de Energia S.A.
31 de dezembro de 2020 e 2019
com relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial.....	Erro! Indicador não definido.
Demonstrações dos Resultados.....	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	8

01 Contexto operacional _ 08

02 Licenças e autorizações _09

03 Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras _ 09

04 Resumo das principais práticas contábeis _ 10

05 Estimativas e julgamentos contábeis críticos _ 11

06 Caixa e equivalentes de caixa _ 12

07 Títulos e valores mobiliários _ 13

08 Contas a receber _13

09 Estoque _ 13

10 Impostos a recuperar e diferidos _ 14

11 Imobilizado _ 16

12 Intangível _ 19

13 Fornecedores _ 20

14 Impostos e contribuições a recolher _ 21

15 Endividamento _ 21

16 Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Riscos _ 23

17 Provisão para contingências _ 27

18 Partes relacionadas _ 27

19 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) _ 28

20 Patrimônio Líquido _ 28

21 Receita de venda de bens e/ou serviços _ 29

22 Custos e Despesas por natureza _ 31

23 Resultado financeiro _ 32

24 Cobertura de seguros _ 32

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	315.892	130.544	Fornecedores	13	97.501	136.938
Títulos e valores mobiliários	7	97.048	68.080	Debêntures	15	4.704	8.600
Contas a receber	8	175.500	189.751	Arrendamento		1.530	1.301
Estoques	9	21.036	10.375	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	14	14.346	4.905
Despesas antecipadas		3.363	108	Outros impostos a recolher	14	4.686	5.209
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10	16.078	17.858	Obrigações sociais e trabalhistas		2.065	1.703
Outros impostos a recuperar	10	2.790	7.182	Participações nos lucros		4.097	4.292
Adiantamentos diversos		3.571	3.014	Operações comerciais com partes relacionadas	18	117.146	17.129
Operações comerciais com partes relacionadas	18	4.843	-	Provisão de custo por indisponibilidade		10.153	11.405
Adiantamentos a fornecedores		45	3.871	Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	19	19.535	16.831
Outros		109	103	Dividendos a pagar	20	42.539	4.737
		640.275	430.886	Outras obrigações		18	165
						318.320	213.215
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores		3.478	1.806
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	24.092	46.125	Debêntures	15	747.894	747.100
Depósitos vinculados		121	178	Arrendamento		7.431	8.775
Operações comerciais com partes relacionadas	18	15.190	16.258	Operações comerciais com partes relacionadas	18	12.023	109.316
Outros créditos		-	87			770.826	866.997
		39.403	62.648	Total do Passivo		1.089.146	1.080.212
Imobilizado	11	1.535.716	1.522.853	Patrimônio líquido	20		
Intangível	12	914	3.533	Capital social		866.134	865.134
				Reserva de capital		65.699	699
		1.576.033	1.589.034	Reserva legal		11.991	3.694
				Reserva de lucro		107.241	14.212
				Reserva de incentivo fiscal		71.363	51.235
				Ajuste de avaliação patrimonial		4.734	4.734
				Total do patrimônio líquido		1.127.162	939.708
Total do ativo		2.216.308	2.019.920	Total do passivo e patrimônio líquido		2.216.308	2.019.920

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	21	903.651	803.822
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	22	(665.843)	(585.818)
Resultado bruto		237.808	218.004
Despesas/Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(13.930)	(11.521)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	741	(2.707)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		224.619	203.776
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	9.983	48.711
Despesas financeiras	23	(38.538)	(145.836)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		196.064	106.651
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente	10	(8.099)	(4.897)
Diferido	10	(22.033)	(18.007)
Lucro líquido do exercício		165.932	83.747
Lucro líquido por ação		0,1807	0,0968

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	165.932	83.747
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes		
Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	165.932	83.747

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Outros resultados abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro 2018	865.134	699	-	-	-	4.734	(9.869)	860.698
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	51.235	-	(51.235)	-
Transações com acionistas:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	83.747	83.747
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.694	-	-	(3.694)	-
Reserva de lucros	-	-	14.212	-	-	-	(14.212)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(4.737)	(4.737)
Saldo em 31 de dezembro 2019	865.134	699	14.212	3.694	51.235	4.734	-	939.708
Aumento de capital	1.000	-	-	-	-	-	-	1.000
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	20.128	-	(20.134)	(6)
Transações com acionistas:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	165.932	165.932
Constituição de reserva de capital	-	65.000	-	-	-	-	-	65.000
Constituição de reserva legal	-	-	-	8.297	-	-	(8.297)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	93.029	-	-	-	(93.029)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(44.472)	(44.472)
Saldo em 31 de dezembro 2020	866.134	65.699	107.241	11.991	71.363	4.734	-	1.127.162

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	196.064	106.651
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	61.304	61.866
Depreciação e amortização IFRS 16	1.870	1.775
Juros do arrendamento mercantil CPC 06 (R2)	969	1.219
Baixa e imobilizado e intangível	2.351	2.255
Juros empréstimos e debêntures	29.294	106.728
Rendimento de aplicações (TVM)	(8.336)	(15.388)
Atualização monetária contratual	-	714
Amortização de custo de captação	795	32.041
	284.311	297.861
(Aumento) redução nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Despesas antecipadas	(3.255)	5.768
Contas a receber	14.251	(112.803)
Impostos a recuperar	6.172	(4.363)
Estoque	(10.661)	14.614
Depósitos vinculados	57	26.664
Adiantamentos diversos	3.269	(226)
Impostos, taxas e contribuições	13.862	(4.180)
Fornecedores	(37.765)	79.144
Provisões e encargos trabalhistas	167	1.596
Operações comerciais	(7.489)	32.868
Arrendamento mercantil	-	143.550
Outros ativos e passivos	(65)	5.133
	(22.007)	187.765
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(13.043)	(9.527)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	249.261	476.099
Fluxo caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(73.298)	(100.764)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(20.632)	(2.420)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimentos	(93.930)	(103.184)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	1.000	-
Pagamento do passivo de arrendamento	(2.792)	(2.678)
Captações de financiamentos	-	750.000
Amortizações do principal - financiamentos	-	(1.191.766)
Juros pagos	(33.191)	(90.806)
Pagamento de Fee - Pré pagamento PII	-	(11.093)
Custos de captações	-	(11.750)
Aporte da controladora	65.000	-
Depósitos vinculados	-	11.313
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (consumidos nas) atividades de financiamentos	30.017	(546.780)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	185.348	(173.865)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	130.544	304.409
No fim do exercício	315.892	130.544
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	185.348	(173.865)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Parnaíba II Geração de Energia S.A. (a “Companhia” ou “Parnaíba II”) é uma sociedade anônima de capital fechado e possui autorização para operação de usina termoeletrica (“UTE”) a gás natural, empreendimento *reservoir-to-wire* (R2W), instalada na cidade de Santo Antônio dos Lopes, localizado no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de geração de 751 MW.

Em agosto de 2011, a Companhia sagrou vitoriosa no Leilão de energia A-3 garantindo a comercialização de 568 MW e contratou a venda de 450 MW médios por um período de 20 anos contados a partir de fevereiro de 2014, o qual foi posteriormente alterado para 1º de julho de 2016.

Em 1º de julho de 2016, a usina Parnaíba II iniciou operação comercial, conforme autorização da ANEEL, após o cumprimento de todos os termos estabelecidos no TAC. A usina passa assim a ser remunerada segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) assegurado no leilão A-3 de 2011.

Em setembro de 2019 a Companhia efetuou a incorporação dos acervos líquidos contábeis das subsidiárias Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A.

1.1 Eventos significativos de 2020

A Companhia teve a garantia física elevada em 30,4 MW médios, passando assim a totalizar 132,2 MW médios, proporcionando a comercialização da energia excedente no mercado.

A revisão da garantia física, estava condicionada à comercialização de energia no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes de 2019, denominado Leilão “A-2”, da ANEEL, realizado em 6 de dezembro de 2019. Em 2020, contratamos 20MW médios, assegurando uma receita fixa anual de R\$ 18.361.729,07.

A Usina fará jus ao recebimento desta receita fixa a partir de janeiro de 2021, pelo prazo de 2 anos, com reajuste anual a ser realizado no mês de novembro, de acordo com a variação do IPCA.

Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos

A pandemia alterou drasticamente o cenário global e criou enormes desafios em todos os aspectos da sociedade, principalmente com relação à segurança da economia.

A Companhia permanece atenta à evolução da pandemia, mantendo todas as medidas para preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores e para apoiar as comunidades nas localidades onde atua. Como forma de contribuir para o combate ao vírus, a Companhia continua realizando ações de forma voluntária para auxiliar as famílias em situação de maior vulnerabilidade e os profissionais de saúde das localidades de atuação com foco em medidas preventivas tais como doações de kits de higiene pessoal, kits de limpeza, cestas básicas, aparelhos de ventilação pulmonar, medicamentos, cilindros de gás, concentradores de oxigênio para o sistema público de saúde e apoio para a instalação de hospital de campanha. Além destas ações, a Companhia mantém a prática de home office para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores.

As receitas da Companhia decorrem, principalmente, de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (“CCEAR”), com preços, volume e prazos definidos. Este ambiente é fortemente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes (compradores e vendedores). Portanto, a Companhia não identificou impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais até o presente momento. Também não foi identificada alteração na matriz de risco que impactasse a probabilidade de realização do seu recebível, conforme estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

2. Licenças e autorizações

A Parnaíba II seguiu com o cumprimento de todas exigências das condicionantes de suas licenças e autorizações ambientais, mantendo desta forma a manutenção operacional de seus ativos. Em 2020 foram emitidas (i) renovações das outorgas de uso de água superficial e de efluentes, necessárias para geração de energia do Complexo Termelétrico Parnaíba; (ii) outorgas de uso de água subterrânea de 12 poços, garantindo a reposição de água do Complexo Termelétrico e a segurança operacional dos ativos; e, por fim, (iii) o certificado de licença de funcionamento da polícia federal.

3. Base de elaboração e apresentações das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2021.

Declaração de continuidade

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem

conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos e que trouxeram a Companhia para resultados positivos, continuará a ser praticada. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou sem impactos significativos, as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e as alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2021, as normas “CPC 06 (R2) – Arrendamentos” e do “CPC 48 – Instrumentos Financeiros” foram alteradas conforme minuta de revisão de pronunciamentos técnicos nº 17, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo Eneva (Eneva S.A. e suas controladas).

(a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.3 Reconhecimento de receita e avaliação de perdas de créditos

A receita da Companhia decorre, principalmente, de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (“CCEAR”), com preços, volume e prazos definidos. Este ambiente é fortemente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes (compradores e vendedores). Portanto, a Companhia não identificou impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais oriundas do segmento de geração de energia (térmica a gás), até o presente momento. Também não foi identificada alteração na matriz de risco, que

impactasse a probabilidade de realização do seu recebível atrelado a esse segmento, conforme estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

4.4 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários com base em metas corporativas estabelecidas atreladas ao plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia. A participação nos resultados é composta por avaliação das metas de todos os colaboradores e diretoria.

4.5 Subvenção governamental

A Companhia está situada em uma região na área de atuação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e obteve o incentivo fiscal que estabelece uma redução de 75% do imposto de renda do lucro decorrente da receita incentivada, até 2026. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda e, na distribuição dos resultados do período, o montante reduzido da despesa é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais, conforme disposição legal.

4.6 Práticas contábeis

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) **Provisão para contingências** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

5.2 Estimativas e premissas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota explicativa nº “11 – Imobilizado”.

Itens significativos sujeitos a estimativas e julgamentos de premissas estão incluídos abaixo:

- (1) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº “16 - Provisão para contingências”;
- (2) A Companhia avalia anualmente potenciais indicativos de perdas nos ativos, de acordo com a norma de contabilidade CPC 01 (R1). Caso a Companhia identifique indicativo de desvalorização dos ativos, deve ser realizado o teste com base nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), vide nota explicativa nº “11 – Imobilizado”; e
- (3) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. Como evidência para o reconhecimento dos tributos diferidos, foi considerado a abordagem de fluxo de caixa operacional, com prazo que se inicia em 2021 e se estende até o ano de 2050 e o preço de venda são de acordo com as condições contratuais até o final da vida útil dos ativos que suportam o seu reconhecimento e a expectativa de realização dos impostos. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 5 anos, vide nota explicativa nº “10 - Impostos a recuperar e diferidos”;

6. Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

	2020	2019
Caixa e bancos	1	628
Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA (a)	18.316	41.409
CDB/Compromissadas (b)	297.575	88.507
	315.892	130.544

- a. Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras, conforme tabela abaixo:

	2020	2019
Compromissadas	18.316	41.409
	18.316	41.409

- b. Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP (“CDI”) de 100%. O aumento no exercício foi em função de geração de caixa.

7. Títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") (a)	97.048	68.080
	97.048	68.080

- a. LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de LFTs da Companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrem entre 2021 e 2025.

8. Contas a receber

Prática contábil

As contas a receber de clientes da Companhia corresponde aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, ajustado ao valor presente.

	2020	2019
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR)	118.719	125.288
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre	56.781	64.463
	175.500	189.751

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Desta forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Além disso existem outras formas de gerenciamento do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda e, portanto, não possuímos registro de perda de créditos esperada.

9. Estoques

Prática contábil

Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. Não há em nossos estoques o registro de provisão para obsolescência e o método de avaliação dos estoques de insumos é o da média ponderada móvel.

	2020	2019
Materiais, suprimentos e outros (a)	11.573	4.058
Peças eletrônicas e mecânicas (b)	7.790	4.862
Lubrificantes e químicos	1.673	1.455
	21.036	10.375

- a. Saldo referente a materiais consumíveis necessários ao funcionamento das UTEs, tais como óleo diesel, cal e gás hidrogênio. O saldo é substancialmente composto por estoque de gás hidrogênio. Cabe destacar que em setembro de 2019 a Companhia incorporou a Parnaíba III e IV, o que gerou incremento em diversos saldos para 2020, contemplando os insumos necessários para a nova estrutura.
- b. O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações e manutenções realizadas nas usinas.

10. Impostos a recuperar e diferidos

Prática contábil

Os encargos de IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando há montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSLL do período são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos

Abaixo a composição dos tributos diferidos por natureza:

	Ativo Diferido			Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	
Prejuízos fiscais	59.096	-	59.096	-	59.096
Provisões	-	4.440	4.440	-	4.440
Depreciação acelerada	-	-	-	(39.434)	(39.434)
	59.096	4.440	63.536	(39.434)	24.102

	Ativo Diferido			Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	
Prejuízos fiscais	71.870	-	71.870	-	71.870
Provisões	-	4.803	4.803	-	4.803
Depreciação acelerada	-	-	-	(30.548)	(30.548)
	71.870	4.803	76.673	(30.548)	46.125

A seguir, o montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	12.443	9.951	17.864	18.372	4.896	63.526

Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	2020	2019
Imposto de Renda - IR	7.576	9.302
Contribuição Social - CSLL	8.502	8.556
	16.078	17.858

Os demais impostos a recuperar estão compostos por:

	2020	2019
PIS	170	160
COFINS	997	868
ICMS	-	259
II	730	1.664
IPI	893	3.083
Outros	-	1.148
	2.790	7.182

Reconciliação da taxa efetiva

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	2020	2019
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	196.064	106.651
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(66.662)	(36.261)
Diferenças permanentes	15.451	(280)
Redução Benefício SUDENE e PAT (a)	21.079	13.637
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(30.132)	(22.904)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(8.099)	(4.897)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(22.033)	(18.007)
Total	(30.132)	(22.904)

Alíquota efetiva -15,37% -21,48%

- a. O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, pelo período de 10 anos.

11. Imobilizado

Composição dos saldos

	2020								
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Custo									
Saldo em 31/12/2019	-	768.859	907.309	532	239	1.521	141.964	26.524	1.846.948
Adições	-	-	-	13	-	53	30.596	-	30.662
Adições CPC 06 (R2)	-	-	-	-	-	-	-	707	707
Baixas	-	(16)	-	-	(125)	(95)	-	-	(236)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	44.361	-	44.361
Transferências	4.376	30.550	48.210	249	-	113	(83.498)	-	-
Saldo em 31/12/2020	4.376	799.393	955.519	794	114	1.592	133.423	27.231	1.922.442
Depreciação									
Saldo em 31/12/2019	-	(132.326)	(188.994)	(301)	(207)	(492)	-	(1.775)	(324.095)
Adições	-	(24.781)	(36.004)	(57)	(17)	(85)	-	-	(60.944)
Adições CPC 06 (R2)	-	-	-	-	-	-	-	(1.870)	(1.870)
Baixas	-	10	-	-	125	48	-	-	183
Saldo em 31/12/2020	-	(157.097)	(224.998)	(358)	(99)	(529)	-	(3.645)	(386.726)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2019	-	636.533	718.315	231	32	1.029	141.964	24.749	1.522.853
Saldo em 31/12/2020	4.376	642.296	730.521	436	15	1.063	133.423	23.586	1.535.716

2019

	Edificações, Obras Civis Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Custo								
Saldo em 31/12/2018	769.669	944.393	759	315	1.739	20.832	-	1.737.707
Adições	633	201	1	-	38	84.881	-	85.754
Adições CPC 06 (R2)	-	-	-	-	-	-	11.535	11.535
Baixas – Ajuste Inventário	(1.443)	(1.034)	(228)	(76)	(256)	-	-	(3.037)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	14.989	14.989
Transferências	-	(36.251)	-	-	-	36.251	-	-
Saldo em 31/12/2019	768.859	907.309	532	239	1.521	141.964	26.524	1.846.948
Depreciação								
Saldo em 31/12/2018	(106.390)	(154.197)	(355)	(208)	(466)	-	-	(261.616)
Adições	(26.220)	(35.047)	(94)	(27)	(98)	-	-	(61.486)
Adições CPC 06 (R2)	-	-	-	-	-	-	(1.775)	(1.775)
Baixas – Ajuste Inventário	284	250	148	28	72	-	-	782
Saldo em 31/12/2019	(132.326)	(188.994)	(301)	(207)	(492)	-	(1.775)	(324.095)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2018								
Saldo em 31/12/2019	663.279	790.196	404	107	1.273	20.832	-	1.476.091
	636.533	718.315	231	32	1.029	141.964	24.749	1.522.853

Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos obtidos para a construção de ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de depreciação
Edificações e benfeitorias	25 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Veículos	7 anos
Direitos de uso	1 a 28 anos

Avaliação de *impairment*

Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada período de divulgação, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível).

Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

A Companhia avalia que as Usinas de Geração Térmica constituem as Unidades Geradoras de Caixa e que não foi necessário a realização do teste de recuperabilidade para a Companhia, pois não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável destes ativos.

12. Intangível

Prática contábil

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos.

Composição

	Range de Amortização	2020			2019		
		Custo	Amortização	Valor Líquido	Custo	Amortização	Valor Líquido
Licenças e Software de Informática	5 anos	253	(168)	85	39	(132)	82
Direito de uso	15 a 33 anos	834	(5)	829	5.211	(1.764)	3.447
Intangíveis em curso	-	-	-	-	4	-	4
Total		1.087	(173)	914	5.254	(1.896)	3.533

Mutação

	2020			
	Licenças e Software de Informática	Direito de Uso	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.	20	-	-	
Custo				
Saldo em 31/12/2019	214	5.211	4	5.429
Adições	39	-	-	39
Baixas	-	(4.377)	(4)	(4.381)
Saldo em 31/12/2020	253	834	-	1.087
Amortização				
Saldo em 31/12/2019	(132)	(1.764)	-	(1.896)
Adições	(36)	(324)	-	(360)
Baixas	-	2.083	-	2.083
Saldo em 31/12/2020	(168)	(5)	-	(173)
Valor Contábil				
Saldo em 31/12/2019	82	3.447	4	3.533
Saldo em 31/12/2020	85	829	-	914

2019

	Licenças e Software de Informática	Direito de Uso	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.	20	-	-	
Custo				
Saldo em 31/12/2018	186	5.211	-	5.397
Adições	22	-	10	32
Transferências	6	-	(6)	-
Saldo em 31/12/2019	214	5.211	4	5.429
Amortização				
Saldo em 31/12/2018	(86)	(1.419)	-	(1.505)
Adições	(46)	(345)	-	(391)
Saldo em 31/12/2019	(132)	(1.764)	-	(1.896)
Valor Contábil				
Saldo em 31/12/2018	100	3.792	-	3.892
Saldo em 31/12/2019	82	3.447	4	3.533

Avaliação de Impairment

Os ativos intangíveis não foram submetidos ao teste de recuperabilidade, pois não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável destes ativos.

13. Fornecedores

Prática contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	2020	2019
Geração de Energia (a)	62.052	48.290
Comercialização de Energia	3.906	3.863
Manutenção das Usinas (b)	7.121	75.249
Outros	27.900	11.342
	100.979	138.744
Circulante	97.501	136.938
Não circulante	3.478	1.806

- a. O saldo é composto substancialmente por obrigações com fornecedores de insumos para a geração de energia e fornecedores que realizam as manutenções das usinas referente às paradas programadas.
- b. O saldo está ligado substancialmente às paradas programadas das usinas, que têm como objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil.

14. Imposto e contribuições a recolher

A Companhia é tributada com base no regime de Lucro Real efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar é composto por:

	2020	2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	6.713	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	7.633	4.905
	14.346	4.905

A seguir apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	2020	2019
ICMS	377	4.193
PIS, COFINS e IOF	3.335	22
Tributos de Importação	118	198
IR sobre mútuo	605	566
Outros	251	230
	4.686	5.209

15. Endividamento

Debêntures

Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas (*)	Venc	2020				2019			
					Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
3ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	3,37%	02/10/22	(305)	100.000	602	100.297	(478)	100.000	1.138	100.660
3ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	3,78%	02/10/24	(1.088)	290.000	2.034	290.945	(1.423)	290.000	3.552	292.129
3ª Emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	4,17%	02/10/26	(1.508)	360.000	2.863	361.356	(1.794)	360.000	4.705	362.911
Saldo líquido					(2.901)	750.000	5.499	752.598	(3.695)	750.000	9.395	755.700
Circulante					(795)	-	5.499	4.704	(795)	-	9.395	8.600
Não circulante					(2.106)	750.000	-	747.894	(2.900)	750.000	-	747.100

* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração CDI acumulado do ano de 2020 de 2,77%.

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos e debêntures:

	Debêntures
Saldo em 2019	755.700
(+) Juros incorridos	29.294
(-) Pagamento de juros	(33.191)
(+) Custo de captação	795
Saldo em 2020	752.598

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Saldo em 2018	225.786	934.533
(+) Novas captações	-	750.000
(+) Juros incorridos	21.923	84.805
(-) Pagamento de principal	(236.766)	(955.000)
(-) Pagamento de juros	(22.970)	(78.929)
(+) Custo de captação	-	20.291
(+) Atualização monetária contratual	714	-
(+) Depósitos vinculados	11.313	-
Saldo em 2019	-	755.700

As parcelas das debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2020
Ano de vencimento	
2022	99.248
2023	144.420
2024	144.586
2025	179.748
Após 2025	179.892
	747.894

Prática contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre debêntures e financiamentos na demonstração de fluxo de caixa da Companhia é nos fluxos da atividade de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador da Companhia.

Depósitos Vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia avalia se seus depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios:

- não estão condicionados a eventos futuros; e
- são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência

Por isso, apresenta o saldo desta rubrica líquida dos empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados assim como apresenta os depósitos vinculados dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de debêntures possuem cláusula com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido:

- Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- Direito dos credores de executar inspeções e visitas das instalações;
- Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias.

As emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de covenants financeiros, as quais encontram-se atendidas, conforme detalhado abaixo:

Descrição dos Covenants Financeiros

Dívida líquida de no máximo 3 vezes o EBITDA

Posição em

31/12/2020

Atendido

Posição em

31/12/2019

Atendido

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Prática contábil

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são geralmente, classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas

contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- (i) **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais;
- (ii) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- (iii) **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- (i) **Nível I:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- (ii) **Nível II:** são informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (iii) **Nível III:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	2020				2019			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	315.892	-	-	315.892	130.544	-	-	130.544
Títulos e valores mobiliários	-	-	97.048	97.048	-	-	68.080	68.080
Depósitos vinculados	121	-	-	121	178	-	-	178
Contas a receber	175.500	-	-	175.500	189.751	-	-	189.751
Operações comerciais com partes relacionadas	20.033	-	-	20.033	16.258	-	-	16.258
	511.546	-	97.048	608.594	336.731	-	68.080	404.811
Passivos Financeiros								
Fornecedores	100.979	-	-	100.979	138.744	-	-	138.744
Debêntures	752.598	-	-	752.598	755.700	-	-	755.700
Operações comerciais com partes relacionadas	129.169	-	-	129.169	126.445	-	-	126.445
Arrendamentos	8.961	-	-	8.961	10.076	-	-	10.076
	991.707	-	-	991.707	1.030.965	-	-	1.030.965

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	2020				2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	97.048	-	97.048	-	68.080	-	68.080
	-	97.048	-	97.048	-	68.080	-	68.080

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício.

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais através do fundo exclusivo da Companhia, e por isso entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

16.1 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

16.1.1 Risco cambial

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira.

16.1.2 Risco relacionado aos juros flutuantes

A Companhia tem 73,49% de seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI). O ativo da Companhia, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

A dívida atual tem principal de R\$ 747.100 e saldo total de R\$ 752.599 em 31 de dezembro de 2020. O Saldo total da dívida possui vencimento no longo prazo. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou o que seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso a curva do CDI fosse deslocada em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de Cash Flow:			
Passivo indexado ao CDI	30.468	35.830	41.169
Despesa Financeira Esperada	30.468	35.830	41.169
Aumento da despesa financeira	-	5.362	10.701

16.2 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2020	2019
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	315.892	130.544
Títulos e valores mobiliários	97.048	68.080
Contas a receber de clientes	175.500	189.751
Depósito vinculado	121	178
	588.561	388.553

16.3 Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2020 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	2020				
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos					
Fornecedores	-	97.501	3.478	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	-	117.146	12.023	-	-
Debêntures	12.052	16.631	150.053	617.615	199.607
	12.052	231.278	165.554	617.615	199.607
					1.226.106
	2019				
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos					
Fornecedores	-	136.938	1.806	-	-
Operações comerciais	-	17.129	109.316	-	-
Debêntures	20.007	21.486	51.188	548.277	407.861
	20.007	175.553	162.310	548.277	407.861
					1.314.008

16.4 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da empresa para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

17. Provisão para contingências

Prática contábil

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. A Companhia não possui saldo de provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, (em 2019 possuía R\$ 150 mil, R\$ 57 mil liquidados e R\$ 93 mil revertidos.), referente a causa trabalhista.

Contingências com risco possível (não provisionado)

A Parnaíba II Geração de Energia S.A. possui ações de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$ 975 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.032 em 31 de dezembro de 2019). As contingências passivas estão assim representadas:

	2020	2019
Tributária	975	949
Trabalhista	-	83
	975	1.032

18. Partes relacionadas

Acionistas

Os acionistas da Companhia são a Eneva S.A. e Eneva Participações S.A., que detém, respectivamente, 90,00%, 10,00% das ações ordinárias.

Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: Eneva S.A., Eneva Participações S.A., Itaqui Geração de Energia, Eneva Comercializadora de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A e Pecém II Geração de Energia S.A.

Os saldos de passivo e resultado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, relativa às operações com partes realizadas, estão representadas da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Operações comerciais						
Eneva Comercializadora de Energia S.A. (b)	9.217	11.466	7.234	11.221	(87.422)	(41.109)
Eneva Participações S.A.	-	-	1.879	1.879	-	-
ENEVA S.A. (a)	48	11	99.156	100.127	(357.297)	(348.247)
Itaqui Geração de Energia S.A.	178	178	97	97	70	(4)
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	10.590	-	20.803	11.607	(947)	27.083
Parnaíba I Geração de Energia S.A.	-	4.603	-	1.514	-	(302)
Pecém II Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	(2)	-
	20.033	16.258	129.169	126.445	(445.598)	(362.579)

- a.** Refere-se aos valores devidos à Eneva S.A. pelo fornecimento de gás natural e arrendamento de capacidade da unidade de tratamento de gás e, também, pelos gastos relativos ao compartilhamento de recursos administrativos.
- b.** Refere-se à operação de compra e venda de energia junto à Eneva Comercializadora S.A., para recomposição de lastro.

18.1 Remuneração dos membros da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora Eneva S.A. efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Durante o exercício de 2020 a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia.

19. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

As empresas reguladas pela ANEEL, têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo corresponde a R\$ 19.535 (R\$ 16.831 em 31 de dezembro de 2019).

20. Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Parnaíba II Geração de Energia S.A. corresponde a R\$ 866.134 (R\$ 865.134 em 31 de dezembro de 2019), sendo composto por 918.466.408 ações, detidas pela ENEVA S.A. e Eneva Participações S.A., conforme quadro abaixo:

	2020		2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Eneva S.A.	822.003.970	90%	768.671.515	88,85%
Eneva Participações S.A.	96.462.435	10%	96.462.435	11,15%
Total	918.466.405	100,00%	865.133.950	100,00%

20.2 Reserva de capital

Em 30 de dezembro de 2020 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária onde foi deliberado um aumento de capital no montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante subscrição particular, com a emissão de 53.332.458 (cinquenta e três milhões, trezentas e trinta e duas mil, quatrocentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço total de emissão de R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais), sendo R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) destinados à formação de reserva de capital.

20.3 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou Extraordinária. Em 30 de dezembro de 2020, com retificação em 31 de dezembro de 2020 a Companhia deliberou pela declaração de juros sobre o capital próprio (JSCP) no montante bruto de R\$ 44.472 e que foram imputados como dividendos obrigatórios mínimos. O saldo de dividendos e JSCP a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 42.539 (R\$ 4.737 em 31 de dezembro de 2019).

20.4 Reserva legal

De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social e/ou 30% da reserva legal constituída mais a reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2020 foi constituído reserva no montante de R\$ 8.297. O saldo de reserva legal representa em 31 de dezembro de 2020 R\$ 11.991 (R\$ 3.694 em 31 de dezembro de 2019).

20.5 Reserva de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo conselho de administração e submetido à Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2020 foi constituído reserva no montante de R\$ 69.979. O saldo de reserva de lucros representa em 31 de dezembro de 2020 R\$ 84.191 (R\$ 14.212 em 31 de dezembro de 2019).

20.6 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia obteve junto a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) o direito ao benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2023, calculado com base no lucro de exploração. Em 31 de dezembro de 2020 foi constituído reserva no montante de R\$ 20.134. O saldo de reserva de incentivo fiscal representa em 31 de dezembro de 2020 R\$ 71.363 (R\$ 51.235 em 31 de dezembro de 2019).

20.7 Distribuição do resultado

A distribuição do resultado em 31 de dezembro de 2020, está representada da seguinte forma:

	2020
Lucro do exercício	165.932
Lucro após absorção de prejuízo	165.932
Reserva legal	8.297
Reserva de incentivo fiscal	20.134
Base para distribuição	137.501
JSCP bruto (atribuído como dividendo mínimo obrigatório)	44.472
Reserva de lucros	93.029

21. Receita de venda de bens e/ou serviços

Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos.

A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	2020	2019
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR) (a)	661.325	644.067
Venda de energia (ACR) (b)	127.698	151.793
Venda de energia (ACL) (c)	216.665	99.815
	1.005.688	895.675
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(93.026)	(82.850)
P&D (d)	(9.037)	(8.038)
Penalidades por indisponibilidade (e)	26	(965)
	(102.037)	(91.853)
Total da receita líquida	903.651	803.822

Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo, minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela Aneel.

a. Disponibilidade ACR (Receita fixa)

Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantido a disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS").

b. Venda de Energia ACR (Receita Variável)

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

c. Venda de energia ACL

Na operação de contratação em ambiente livre a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Deduções da receita

d. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

As empresas reguladas pela ANEEL, têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

e. Penalidades por indisponibilidades

Essa penalidade vise punir as usinas termelétricas que não atenderam as instruções de despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por falta de combustível. O cálculo é realizado mensalmente, adotando uma disponibilidade mínima como gatilho e utilizando o CVU (Custo Variável Unitário) da usina como base para o cálculo da multa. Ou seja, essa penalidade está vinculada diretamente ao comprometimento de energia garantida no contrato de CCEAR (modalidade de receita por disponibilidade). A previsão regulatória desta penalidade está na resolução normativa ANEEL nº 827/2019.

22. Custos e Despesas por natureza

A composição dos custos de geração de energia e das despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	2020	2019
Custo		
Custos regulatórios	(48.321)	(45.797)
Depreciação e amortização	(63.133)	(63.585)
Despesas com aluguéis	(125.055)	(115.778)
Despesas com pessoal	(23.848)	(24.117)
Energia elétrica para revenda (a)	(113.236)	(79.360)
Insumos de geração (a)	(250.219)	(226.319)
Material de consumo	(1.965)	(5.871)
Seguros operacionais	(1.456)	(5.445)
Serviços de terceiros	(12.160)	(14.211)
Outras (b)	(26.450)	(5.335)
	(665.843)	(585.818)
Despesas administrativas e gerais		
Despesas com pessoal	(2.380)	(1.512)
Serviços de terceiros	(10.078)	(10.000)
Depreciação e amortização	(41)	(56)
Outras	(1.431)	47
	(13.930)	(11.521)
Outras receitas e despesas		
Ajuste de inventário	-	(2.274)
Outras receitas (despesas)	741	(433)
	741	(2.707)
	(679.032)	(600.046)

- a. Em 2020, o despacho médio da usina foi superior ao apurado em 2019 (72,66% em 2020 x 63,45% em 2019), gerando assim maiores custos com os insumos de geração (especialmente o gás natural) e também a necessidade de aquisição de energia no mercado livre para suprir a demanda..
- b. Variação decorrente da baixa de fornecedores indevidamente mantidos em aberto.

23. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2020	2019
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	8.336	25.490
Multas e juros recebidos ou auferidos	186	1.438
Variação cambial e monetária	825	477
Atualização contrato de arrendamento (a)	-	20.622
Outros	636	684
	9.983	48.711
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	-	(21.923)
Multa e juros pagos ou incorridos	(85)	(17)
IOF	(607)	(400)
Amortização custo de transação de empréstimos (b)	(795)	(32.041)
Juros de passivos de arrendamento	(969)	(1.219)
Juros sobre mútuos	(251)	(509)
Juros de debêntures (b)	(29.294)	(84.805)
Variação cambial e monetária	(3.599)	(1.016)
Outros	(2.938)	(3.906)
	(38.538)	(145.836)
Resultado Financeiro	(28.555)	(97.125)

- a. Em 2019 tivemos atualização do saldo do arrendamento da Parnaíba IV, incorporada em 2018, junto ao consórcio formado por Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. e Kinross Brasil Mineração S.A. que foi liquidado em 2019, portanto não tendo efeito em 2020.
- b. Nas despesas financeiras, as principais variações ocorreram nas linhas de encargos da dívida, amortização do custo de transação e juros de debêntures, em função da liquidação antecipada de empréstimos, em alinhamento com a estratégia da Companhia de mudança no perfil de endividamento, visando uma taxa mais atrativa

24. Cobertura de seguros

A Companhia, considerando a natureza de sua atividade, adota a política de contratar cobertura de seguros de acordo com as melhores práticas de mercado e com limites considerados pela Administração como adequados para cobrir eventuais sinistros. A seguir, demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes, vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros eram:

	2020	2019
Danos materiais		
Riscos operacionais	2.598.350	2.230.493
Responsabilidade civil		
Responsabilidade civil	335.000	135.000
D&O	-	200.000
Lucros Cessantes		
Riscos Operacionais	-	1.349.470

2.933.350

3.914.963

Abaixo as principais apólices em vigor:

Seguradora	Modalidade	Valor em Risco	Limite Máximo Indenizável	Vigência	Prêmio
Valores expressos em Reais mil e Dólares mil					
Chubb/Sompo/AXA	Riscos Operacionais	USD 953.200	USD 500.000	01/02/2020 a 01/08/2021	USD 2.171
Sompo	Responsabilidade Civil Geral	-	135.000	01/08/2019 a 01/02/2021	BRL 82
AIG	Responsabilidade Civil (D&O)	-	200.000	28/02/2020 a 28/08/2021	BRL 127

Diretoria

Lino Lopes Cançado
Diretor Presidente

Marcelo Habibe
Diretor

Controller

Ana Paula Alves do Nascimento
CRC-RJ 086983/O-0

Contador

Bruno Campelo de Azevedo
CRC-RJ 106648/O-9



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Parnaíba II Geração de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parnaíba II Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Conforme nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Sociedade possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros.

As projeções de resultados futuros desses estudos incluem premissas relevantes, principalmente referentes ao volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital.

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções elaboradas pela Sociedade que, se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos:

Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de apuração dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Sociedade, incluindo a avaliação da política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas e projeções utilizadas pela Administração da Sociedade.

Avaliamos as principais premissas utilizadas na preparação das projeções que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros, como volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital, avaliando a razoabilidade, a consistência e a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e os julgamentos utilizados na determinação das projeções. Também avaliamos a análise de sensibilidade na projeção de receita e dos custos, comparando-os com o resultado esperado de lucro tributável futuro e recalculando o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Sociedade.

Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética dos valores apurados com base nos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as demonstrações financeiras e relatórios gerenciais elaborados pela Administração.

Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras sobre imposto de renda e contribuição social diferido ativo estão adequadas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do imposto de renda e contribuição social diferido ativo que foram integralmente registrados e divulgados pela administração.

Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis de imposto de renda e contribuição social diferido ativo, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras referentes ao

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de

maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4